

# A SUSTENTAÇÃO SUBJETIVA DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS CONFORMISTAS<sup>1</sup>

Caniato, Angela; Araújo, Juliana da Silva; Cesnik, Claudia Cotrim.

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica que problematiza a sustentação subjetiva de práticas psicossociais conformistas. Para discutirmos nosso objeto de estudo primeiramente adentramos no campo sociológico na busca de compreender o nascedouro da atual organização do trabalho. Assim, foi possível entender o emergir do modelo toyotista de produção, o papel das mobilizações dos trabalhadores nas décadas de 1950/70 e as transformações decorrentes da Terceira Revolução Industrial na vida sócio/econômico/política dos indivíduos. Essa investigação viabilizou a historicização da subjetividade do homem contemporâneo e o sofrimento psicossocial paralisador no qual vive hoje. Por fim, analisamos a fragilização dos vínculos sociais e o processo de internalização das injunções violentadoras engendradas pela indústria cultural e suas conseqüências nas subjetividades atuais.

**Palavras Chaves:** Organização Social do Trabalho; Exclusão; Individualismo; Vínculos Sociais; Sentimento de Culpabilidade; Conformismo.

## Introdução

Devido à amplitude das questões discutidas neste trabalho, optamos por organizar o conteúdo em 5 itens: 1º traçamos a evolução do modo de produção do taylorismo ao toyotismo; 2º discorremos sobre as mobilizações dos trabalhadores ocorridas nas décadas de 1950 a 70, abordando as transformações alcançadas e o papel dos sindicatos nessas lutas; 3º analisamos uma parte das implicações sócio-econômicas-políticas do período pós Terceira Revolução Industrial; 4º nos detivemos a algumas formas de sofrimento engendradas na e

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi financiada pelo Programa de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC-CNPq)

pelas relações de trabalho na contemporaneidade e na fragilização dos vínculos sociais e 5º na internalização da violência social e seus desdobramentos na subjetividade dos indivíduos.

## 1 - Do Taylorismo-Fordismo ao Modo de Produção Flexível da Toyota

Na década de 1970, estoura a crise do petróleo; segundo Gounet (2002) a partir de 1973 o preço do barril de petróleo bruto aumenta de 2,9 dólares para 11,17 dólares e em 1979 de 13,3 dólares para 26 dólares. Ou seja, um aumento de quase 900% em sete anos. A recessão na indústria automobilística é imensa; o débil crescimento de demanda de 1973-1974 é ampliado, pois o automóvel consome um dos derivados do petróleo, a gasolina, que sofreu, conforme Gounet (2002), um aumento gigantesco devido às taxas também crescentes das empresas petrolíferas e aos impostos estatais.<sup>2</sup> Além da revolução trabalhista e a queda dos sindicatos, a década de 1960 é marcada por um período de recessão (GOUNET, 2002).

Nessa década de crises, 1970, o sistema produtivo ainda baseava-se no fordismo, este entrou em colapso e os trabalhadores estavam insatisfeitos com seus salários e condições de trabalho, as quais também repercutiram nas interações sociais até então vigentes (NEVES, 2001).

Para compreender a crise do fordismo, nas décadas de 1970-1980 traçaremos um breve histórico do surgimento e caracterização do taylorismo-fordismo, a impossibilidade de o fordismo ser aplicado no Japão e a criação, neste país, do método toyotista<sup>3</sup> de produção e do sindicato-casa, sindicato empresa, na década de 1950.

Na tentativa de dinamizar o trabalho na indústria, Frederic W. Taylor (1856-1915), introduziu princípios de gerência e organização do trabalho, nos Estados Unidos, os quais foram aplicados nas últimas décadas do século XIX. O taylorismo, ou a chamada “Administração Científica do Trabalho” (LISBOA, 2002) propôs uma **separação** na atividade produtiva, dividindo-a em trabalho **intelectual** – caracterizado pelo planejamento, concepção e direção – e trabalho **manual** – designado como execução.

Os princípios do taylorismo eram: “[...] **dissociação** do processo de trabalho das qualificações dos trabalhos; separação da **concepção** e da **execução** do trabalho; e uso do **monopólio sobre o conhecimento** para controlar os distintos passos do processo de trabalho e seu modo de execução” (LISBOA, 2002, p. 35). O taylorismo colaborou para que o

---

<sup>2</sup> Gounet (2002) utiliza-se da indústria automobilística como exemplo das transformações no modo de organização do trabalho, justificando para isso que esse setor é responsável pelas inovações na forma de organização do trabalho.

trabalhador se tornasse altamente **descartável e substituível**. Ele foi transformado em “[...] uma massa bruta destituída de capacidade crítica e de satisfação, por não valorizar atividades criativas. Suas tarefas são as de **puxar alavancas, apertar botões, supervisionar painéis, vigiar equipamentos ou alimentar máquinas com matéria-prima**” (CARMO, 1992, p. 42, grifos nossos).

Conforme aponta Lisboa (2002), no início do século XX, Henry Ford introduziu em sua fábrica (Ford Motor Co.), localizada nos Estados Unidos, um novo modelo de produção e gestão que se fundamentava em inovações técnicas e organizacionais. Os objetivos desse modelo de organização são a produção e o consumo em massa (LISBOA, 2002).

[...] Essa atividade em cadeia elevou o grau de mecanização no trabalho, reduzindo ainda mais a iniciativa e a autonomia dos operários. [...] Através da **esteira transportadora** o fordismo fixa o operário em seu posto, fazendo com que as peças e os componentes venham até ele, para que “nenhum homem precise dar um passo”, diz Ford [...] (CARMO, op.cit, p. 44, aspas do autor).

Gounet (2002) afirma que o fordismo se fundamenta sobre cinco pilares. São eles: **1)** Em resposta a um consumo amplo, o fordismo se atirava à produção em massa; **2)** as tarefas são **parceladas** (é a primeira racionalização, seguindo o taylorismo); **3)** a **esteira rolante** regula e **liga** os diferentes trabalhos. Cria-se a **linha de produção**; os funcionários são enfileirados de frente à esteira para realizar as operações que lhes cabe. (Logo, a cadência do trabalho é ditada pelo ritmo da esteira; **4)** As peças de montagem são **padronizadas** para que o trabalhador só realize **movimentos simples**. Ford comprou as firmas que fabricavam as peças, investindo no controle direto de um processo de produção, de cima a baixo, **verticalizado**; **5) Automação** da fábrica.

O Taylorismo e o Fordismo, de acordo com Lisboa (2002), fazem parte de um período histórico que foi denominado como Segunda Revolução Industrial, “[...] caracterizado inicialmente pela introdução da eletricidade, do motor à explosão, da química orgânica, dos materiais sintéticos e da manufatura de precisão [...]” (Idem, Ibid, p. 35). As reformas administrativas e produtivas, trazidas por Taylor e Ford colaboraram para que mudanças importantes fossem concretizadas, como a **fragmentação do trabalho**, o estabelecimento de **relações desiguais** – proporcionadas pela divisão em trabalho intelectual e manual – e a possibilidade de **excluir** indivíduos em relação ao sistema produtivo, conseqüentemente da sociedade (LISBOA, 2002).

---

<sup>3</sup> O método Toyota de produção foi criado por Taiichi Ohno, engenheiro da indústria Toyota, devido ao nome do engenheiro o método é também chamado de ohnismo.

Os resultados do taylorismo, em termos de produção, aceleraram, à guisa de Gounet (2002), de 12h30min horas necessárias com a antiga organização para 05h50min horas no taylorismo para montar um carro e posteriormente, diminuíram até 02h38min horas, devido ao treinamento; quando, em 1913, Ford introduziu as primeiras linhas de montagem automatizadas, o processo de produção de um automóvel passou a consumir 01h30min hora.

Por que, então, tamanha eficiência do fordismo não o privou de entrar em crise na década de 1970? Para Gounet (2002), o sistema fordista de produção funciona satisfatoriamente sob demanda crescente, mas não é estruturado adequadamente para enfrentar recessões de mercado e diminuição de demanda. O fordismo não atende bem à variedade, logo uma mudança na demanda leva, ao mesmo tempo, à estocagem de produtos, enquanto os produtos da última demanda podem não estar disponíveis. O trabalhador é desconsiderado como sujeito humano, ele é considerado acrítico, não pensante, destituído de satisfações e era controlado até em seus movimentos (BERNARDO, 2000), ele era, enfim, exclusivamente maquínico.

No Japão o fordismo não encontrou tanto espaço como nos Estados Unidos. Segundo Gounet (2002), a possibilidade de consumo nipônica era mais limitada e a manutenção da concorrência na indústria automobilística era difícil para os fabricantes japoneses. Além de débil, no Japão a demanda é direcionada para o consumo de veículos menores, os quais correspondiam à situação econômica e à configuração acidentada e pouco espaçosa do país; mais diversificada (exigindo mais variedade e menor quantidade de automóveis); os custos imobiliários são muito dispendiosos, considerando a restrição de espaço físico no arquipélago.

Uma outra organização do trabalho no Japão foi implantada, de acordo com Gounet (2002), progressivamente durante as décadas de 1950-1970 na Toyota. Gounet (2002) afirma que os métodos do toyotismo ou ohnismo (Kiichiro Ohno, engenheiro criador desse método, daí ohnismo) podem ser resumidos em seis bases:

- 1) A produção é guiada pela demanda e o crescimento pelo fluxo de mercado, pois no Japão grandes estoques são muito custosos. No arquipélago, deve-se produzir **vários modelos** e a quantidade destes é determinada pela demanda. Logo, o **ritmo de produção** de cada automóvel é **determinado pelo seu consumo**;
- 2) O trabalho da fábrica é decomposto em quatro operações: transporte, produção propriamente dita, estocagem e controle de qualidade. A única das operações que agrega valor ao produto é a produção propriamente dita. Portanto, o **transporte deve ser diminuído em termos de espaço (distância)**, mas para evitar a estocagem deve ocorrer em maior **número de vezes**;

3) A função básica do operário é manter as máquinas funcionando e prepará-las para reduzir ao máximo o tempo de não funcionamento. A relação na Toyota passa a ser em média de **um homem para cinco máquinas**; enquanto quatro funcionam, o operário carrega, descarrega, enfim, prepara a quinta máquina. O trabalho sob o jugo do método toyota é em equipe, a relação é pois, **uma equipe operando um sistema automatizado**. A **polivalência do trabalhador** na Toyota serve para que ele possa, além de operar várias máquinas, operar as máquinas do colega de equipe quando este tiver sob seu comando mais de uma máquina paralisada ao mesmo tempo;

4) A organização da produção é feita utilizando-se o método *kanban*. O *kanban* é uma espécie de placa (etiqueta) que se liga a uma peça. Quando a peça é utilizada na produção ela sai da reserva e o *kanban* dessa peça é dela retirado, para marcar que essa determinada peça foi retirada dos estoques; o *kanban* é encaminhado então, para o setor responsável pela fabricação da peça utilizada. **Esse método elimina a burocracia interna administrativa**. Na organização flexível, regida pela demanda como é o toyotismo, o *kanban* é **rápido, fácil, prático e fundamental**;

5) A Toyota produz **modelos variados** e precisa de uma linha de montagem adequada a esse tipo de produção; portanto necessita de maquinário passível de ser alterado agilmente para adequar-se ao início da produção dos novos modelos, conforme a velocidade da demanda.<sup>4</sup>

6) A Toyota desenvolve **relações de subcontratação** com as empresas fornecedoras de autopeças, ou seja, o processo é horizontalizado.<sup>5</sup> A Toyota exige de seus fornecedores máxima **flexibilidade**, que se instalem num raio de 20 km da montadora, para **diminuir o transporte, exige também *kanban* dentro da fornecedora e entre esta e a montadora**. Os salários dos operários nas subcontratadas são cerca de **30 a 50% menores**, as jornadas têm cerca de **50 a 60 h. semanais, sem férias**, a montadora fixa condições de preço, prazo e qualidade para as subcontratadas e aproveita-se dessas condições para produzir veículos a **baixo custo, num tempo mínimo (*just in time* – tempo justo) e de qualidade elevadíssima**, o que aumenta grandemente a vantagem dos japoneses na concorrência.

E o trabalhador e as condições de trabalho? O que muda no toyotismo em relação ao taylorismo-fordismo? O trabalhador maquínico, individualizado, acrítico do taylorismo-fordismo parece ficar “retrógrado”, pois o toyotismo exige de seu operário habilidades para

---

<sup>4</sup> Isso foi solucionado pelo professor Shigeo Shingo, em 1969, quando ele conseguiu pouco a pouco **reduzir o tempo de adaptação de uma máquina** (por exemplo, de uma prensa de mil toneladas de quatro horas para três minutos, como cita Gounet, 2002).

concertar máquinas e mantê-las produzindo (ao menos cinco máquinas em média), além de ser igualmente responsável pela máquina do colega de trabalho em caso de pane. O trabalhador opera pois, um sistema e **cada um responde por si e por todos**, a cadência da tarefa é **controlada e vigiada pelos operários mutuamente**, responsáveis por todo o sistema; é essa noção de controladores de pares que corresponde a idéia de equipe no toyotismo; a demanda como parâmetro de produção leva os indivíduos a flexibilizar-se tanto quanto ela para poder atender a ordem do consumo.

Deve-se ressaltar que essas são as condições dentro da fábrica montadora, as quais diferem sim, das condições dentro da empresa subcontratada fornecedora, pois esta obrigatoriamente adota o sistema de organização mais flexível e segue uma demanda mais intensificada: a da montadora que deve responder à demanda do mercado e **pressiona** a subcontratada a se adequar às suas necessidades comandadas pela variabilidade do consumo<sup>6</sup>. Logo, **a intensificação do trabalho e a flexibilidade exigida são ainda muito maiores**. Além do que, a montadora aproveita-se da precarização mais acentuada das condições de trabalho na subcontratada para aumentar sua margem de lucro e concorrência.<sup>7</sup>

Com a precarização nas condições de trabalho, intensificação de trabalho sem aumento salarial correspondente, no Japão, da década de 1950, o sindicato se tornava, conforme Gounet (2002), um empecilho, pois se baseava na solidariedade de classe ao invés de colaborar com o patronato e, além disso, era combativo.

Em 1953, Gounet (2002) afirma que a empresa japonesa Nissan começa duelar com o sindicato. Uma greve irrompe devido à queixa de reposição salarial. O presidente da Nissan fecha a fábrica esperando que os trabalhadores retornem. Ele faz isso apoiado em dois empréstimos bancários que lhe concedem um montante financeiro referente a um ano de negócios (um dos bancos pertencia ao mesmo grupo da montadora). Por intermédio de um operário colaboracionista, o presidente da Nissan faz com que sejam presos os líderes

---

<sup>5</sup> As subcontratadas são empresas à parte – as chamadas “ilhas de produção” –, mas as **montadoras detêm o controle sobre elas**, usando de participação de capital, fazendo investimentos e incorporações nas associações de suas subcontratadas titulares.

<sup>6</sup> Essa terceirização da produção diminui os encargos das montadoras. Carvalho (2001) cita o exemplo da Fiat automóveis, localizada em Minas Gerais, que entre os anos de 1994 e 1995 contava com 24000 trabalhadores; em 1999 a indústria já contava com pouco menos da metade em empregos diretos, 11308 empregados. Gaspar (2001), afirma que no Brasil 60% da população economicamente ativa já não está mais no setor formal, **desenvolvem suas atividades de trabalho na informalidade, na precarização, ou no que o autor prefere chamar de “clandestinização” das relações de trabalho**. Essa terceirização da produção só tem contribuído para elevar o nível de deterioração das condições de trabalho.

<sup>7</sup> O sistema fordista de produção não foi suprimido, como também não existe apenas o modo toyotista de organização do trabalho, os sistemas mesclam-se conforme aquilo que se produz e onde se produz – geralmente nos países como nível econômico baixo e/ou concentração de renda significativa a precarização das condições de trabalho tende a ser mais acentuada.

sindicais e cria um novo sindicato. Posteriormente, visita e convence os grevistas a entrarem nesse sindicato “fajuto” para não perderem o emprego; famintos, desmobilizados, vencidos, retornam os trabalhadores à empresa.

A Nissan cria, portanto, na década de 1950, o que se chama de sindicato-casa, o sindicato da empresa e não do trabalhador, o qual rapidamente se espalha por todo o país e cerca de vinte anos depois por todo o globo – como foi o caso da General Motors, dos Estados Unidos, que incorporou dirigentes sindicais em muitos órgãos de gestão administrativa (GOUNET, 2002).

## **2 - FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS AVANTE!** Do Combate a uma Nova Forma de Submissão ao Inimigo...

Bernardo (2000), afirma que às reivindicações de melhoria nas condições de trabalho feitas pelos trabalhadores que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1970 – no mesmo período da crise do sistema fordista –, foram um dos fatores desencadeantes da reforma capitalista da década de 70. Qual a importância destes movimentos? Segundo o autor (2000), o diferencial destes movimentos é que eles ocorreram a partir das bases trabalhistas, fugindo a qualquer tramitação burocrática sindical. Estas greves foram denominadas de “selvagens”, pelos sindicalistas, pois os trabalhadores decidiam autonomamente os caminhos que suas investidas contra o capitalismo deveriam seguir, sem ser contaminados pelas organizações legalmente constituídas.

Ao assumirem as reivindicações e o comando sobre as lutas, de acordo com Bernardo (2000), os trabalhadores deixaram claro que o problema central não se tratava da “[...] propriedade formal do capital, mas à posição ocupada por cada um de nós [deles] na atividade econômica. [...]” (p. 27). Para Gounet, (2002), as contradições engendradas pelo capitalismo, geradoras de crises, têm uma causa fundamental, qual seja a propriedade privada de empresas e capital (p. 10). Bernardo (2000) esclarece que os trabalhadores nas manifestações das décadas 50 a 70, do século XX, não se centravam, no entanto, na questão da propriedade, mas sim se referiam as formas de organização das relações sociais de trabalho.

Entretanto, quando os trabalhadores assumiram as empresas e mostraram que eram capazes de fazê-las funcionar em bons níveis de produtividade, sem a ajuda de administradores ou dos patrões, eles acabaram por transformar a disciplina instituída nas fábricas e a remodelar as hierarquias dentro das mesmas (BERNARDO, 2000). Os trabalhadores mostraram então, que mais do que braços maquinais, eles eram capazes de

transformar a mais elementar relação social do trabalho: patrão, propriedade privada e mão-de-obra proletariada.

Por que os trabalhadores revolucionários não se apoiaram no sindicato? Para entendermos isso melhor faremos uma breve contextualização sobre a construção destas organizações burocráticas.

Os sindicatos surgiram, segundo Bernardo (2000), num momento em que os trabalhadores necessitavam desta organização burocrática por falta de experiência para organizarem as lutas contra o capitalismo. Esses proletários eram pessoas recém chegadas aos centros urbanísticos, as quais haviam sido expulsas do campo para servirem de mão-de-obra para as indústrias.

Quando os trabalhadores começaram a se auto-organizar para as lutas, foi deflagrada a queda das burocracias sindicais. A estrutura burocrática que distanciava o trabalhador do seu representante sindical, passou a ser questionada e os próprios trabalhadores decidiram tomar a frente das manifestações. Esse processo ocorreu nas “greves selvagens”, acima citadas. A grande consequência desse movimento foi que o trabalhador não percebeu estar ele mesmo, fragilizando o seu poder representativo possível naquele momento, o sindicato (BERNARDO, 2000).

O sindicato exercia, antes da reestruturação do capital nas décadas de 1970/80, o papel de gestor do mercado de trabalho, mediando a vinculação do trabalhador à empresa, pois o Estado era o responsável pela organização, pela estipulação de normas reguladoras da economia. Quando o poder econômico passa a prevalecer sobre a política, o Estado perde o seu poder e conseqüentemente, carrega junto de si o sindicato que sempre se apoiou nesta estância para lutar pelos direitos dos trabalhadores (BERNARDO, 2000).

Para Antunes (2000), os sindicatos encontram-se aturdidos; eles deixaram de reivindicar o controle social da produção para aderir ao “[...] acrítico sindicalismo de *participação e de negociação*, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado [...]” (p. 43, grifos do autor). Os sindicatos não mais buscam a emancipação do proletariado, mas sim se enquadrarem no universo das normas do poder hegemônico.

Antunes (2001), se referindo aos movimentos revolucionários dos trabalhadores nas décadas de 60/70 do século XX, aponta a reestruturação capitalista como uma das consequências para a derrocada do citado movimento.

Naquele momento esboçou-se uma contra-hegemonia do trabalho que, nas lutas sociais de 68, 69, 70, 71, 72 tocou num dos pontos fundamentais da lógica do capital, qual seja a necessidade de lutar pelo controle da produção. A conjugação desses movimentos, o esgotamento dos anos dourados da

social democracia, a intensificação das lutas sociais, tudo isto fez com que neste período de 68 a 73 houvessem digamos assim, um redesenho, e as lutas sociais dos trabalhadores, ainda que em alta intensidade elas foram derrotadas. E iniciou-se a partir de 73-74 um processo muito profundo de **reestruturação capitalista, ou se quisermos, uma resposta do capital à crise estrutural desse mesmo capital** [...] (p. 39, grifos nossos).

De acordo com Bernardo (2000), foi a auto-organização demonstrada pelos trabalhadores, um dos fatos que desencadeou a crise de 73-74 a que Antunes (2001) se refere. Os sindicalistas responsáveis pelos sindicatos, ou seja, os chefes dos movimentos sindicais com medo de perderem seu *status* e poder na hierarquia destas organizações, optam por se aliar às empresas. Seu foco de “reivindicação” não é mais os aumentos de salários, mas sim, a **manutenção de postos de trabalhos**. Para isso, uma das opções feita pelas estruturas sindicais, segundo Bernardo (2000), foi a de começarem a buscar representatividade nos conselhos administrativos das empresas, caracterizando uma passagem de gestores do mercado de trabalho para gestores diretos do capital. De acordo com o autor:

[...] os sindicatos convertem-se então, eles próprios em empresas capitalistas tanto investindo os seus fundos na aquisição de empresas produtoras de bens industriais ou de serviços como manipulando os fundos de pensões em cuja direção participam e tornando-se assim empresas financeiras [...] (BERNARDO, 2000, p. 22).

Diante desta situação os sindicalistas começam a buscar os **privilégios individuais, mesmo que para alcançá-los, seja necessário trair a classe a que pertence**. Não nos esqueçamos que os sindicalistas são ou foram operários das classes as quais representam; e **agora passam a ser representantes e participantes leais das empresas**. Bauman (1998), afirma que esse vender-se, esse subordinar-se a uma situação devido ao “mal menor que ela representa” significa corroborar com esse pequeno mal pelo qual se opta, estabelecendo uma relação de cumplicidade.

Foi essa postura que os sindicatos adotaram, de acordo com Bernardo (2000): prostraram-se frente ao capital, na busca de garantir apenas os postos de trabalho e os privilégios daqueles que os comandavam.

Uma das conseqüências da opção feita pelos sindicatos foi o desencadeamento de um processo de nacionalização dos trabalhadores. Por quê? Simples. Para se justificar a falta de emprego nas regiões que atuavam começaram a disseminar idéias como: são os imigrantes que estão roubando os postos de trabalhos dos operários ou até piores que acabaram por resultar em movimentos regionalistas com a idéia de que a invasão de pessoas de outros estados era responsável pelo aumento das taxas de desemprego locais. Consequentemente,

esta xenofobia desencadeou hostilidade entre os pares que necessariamente vem resultando na fragmentação da classe trabalhadora.

Assim, o sindicato perde a sua força não só no âmbito internacional, devido a fragmentação da classe operária mundialmente, mas, infelizmente, não consegue manter sequer a unicidade da classe no seu contexto regional e quiçá nacional.

Enquanto os sindicatos se nacionalizavam o capital se internacionalizava. Isso acarretou na fragilização ainda maior dos trabalhadores frente ao capital e o fortalecimento da economia global - os capitalistas.

[...] em termos sociais uma classe fortalece-se quanto mais coesa está. Isto significa que os capitalistas aumentaram a sua coesão à escala internacional. **Ora, o reforço dos exploradores só se opera mediante a debilitação dos explorados.** Trata-se de dois aspectos de uma mesma realidade. A fraqueza dos explorados corresponde à sua fragmentação social, e as fronteiras nacionais são uma das formas assumidas por esta divisão. Atualmente temos uma economia transnacionalizada, capitalistas internacionalizados e trabalhadores repartidos por nações (BERNARDO, 2000, p. 47, grifos nossos).

O sindicato no Brasil ainda possui uma outra característica, constituída a partir do auxílio do Estado, que disponibiliza somas consideráveis pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Segundo Bernardo (2000), esta verba atrela o sindicato a tutela do Estado e este garante a docilidade e a dependência das centrais sindicais. Uma nova modalidade de assistencialismo surge com o estabelecimento de uma estreita colaboração com os chefes de empresas, os sindicatos passaram a se dedicar na recolocação de proletários desempregados, ministrar cursos de microempresários e de terceirização de serviços (BERNARDO, 2000).

Bernardo (2000), afirma que a derrocada dos movimentos revolucionários dos trabalhadores nas décadas de 1960-1970, deveu-se ao fato dos capitalistas se reorganizarem, introduzindo novos problemas e desafios nas relações sociais de trabalho, de tal forma a desarticular os trabalhadores. **Os capitalistas retomaram sua primazia abarcando, se apropriando das estruturas criadas pelos trabalhadores revolucionários.**

A maneira de fazer os trabalhadores retornarem foi valorizar o seu discurso e garantir-lhes que esta nova estruturação das relações de trabalho lhes seria benéfica, ou seja, os trabalhadores, sem querer, deram os instrumentos ao capitalista para se tornarem subservientes novamente. A respeito dessa manobra ideológica, utilizada pelos capitalistas, Gounet (2002) escreve o que segue.

É nesse quadro que aparece a versão da esquerda da necessidade da transformação, versão que não é diretamente comandada pelos capitalistas mas, no final, chega ao mesmo objetivo: introduzir um novo sistema, fazê-lo

funcionar, amordaçar a oposição mais contundente à nova organização do trabalho. [...] [fala irônica] Se é preciso lutar, será para orientar o novo regime de produção em um sentido mais favorável aos trabalhadores (p. 56).

A função dos sindicatos a tempo havia perdido seu rumo, já que este fora criado como um braço do Estado para auxiliar os trabalhadores camponeses a compreender a dinâmica do trabalho assalariado das fábricas – mais uma etapa no controle das leis de mercado. As greves organizadas e dirigidas pelos trabalhadores haviam provado isso. Contudo, ao mesmo passo, os trabalhadores enfraqueceram sua representatividade coletiva ao deixar os sindicatos a margem do processo revolucionário. E não só, mas também por isso, os sindicatos são anexados às empresas e passam a serem gestores do capital, exercendo agora o seu papel como mediador entre o precário e o desastre, em outras palavras, sucumbiu tal como o Estado ao poder do mercado, conduzindo os trabalhadores para os vagões com destino a um possível novo Auschwitz...

### **3 - Terceira Revolução Industrial: A Possibilidade de Romper com a Barreira do Impossível**

Por volta de 1980, a crise econômica iniciada na década de 70 agrava-se e abala o eixo principal de industrialização da produção. Há um aumento na taxa de desemprego e também desordem nas relações trabalhistas (NEVES, 2001). Originou-se então, uma nova fase governada, segundo Neves (2001), pela liberalização, privatização e desregulamentação. A ideologia neoliberal passa a comandar as relações com pleno vigor e **o mercado assume seu papel de condutor e dinamizador da vida dos sujeitos**, sendo revestido de traços humanos, tais como nervoso, calmo, tranquilo, etc, como se tivesse adquirido vida própria ou como se fosse uma “Entidade Suprema”, no dizer de Carvalho e Horta (2001).

Quanto às várias mudanças ocorridas nas três últimas décadas do século XX, que acarretaram em profundas transformações na organização do trabalho, Grisci (1999) comenta que as mudanças institucionais não conseguem acompanhar as tecnológicas, estas são mais rápidas que a nossa capacidade para entendê-las: a economia globaliza-se; há perda de governabilidade dos sistemas de governo; a polarização econômica progrediu; a urbanização acentuou convívios contraditórios; as transformações do trabalho geram exclusão social; o trabalho temporário e informal aumentou; a precarização do trabalho e as taxas de desemprego cresceram; a organização do trabalho no modelo taylorista-fordista, tem se **mesclado** com formas mais flexíveis ainda; **o sindicalismo como foco de resistência e reivindicação entra em crise.**

Esses fenômenos se fortalecem na atualidade pelo fato de o capital financeiro predominar sobre o capital produtivo (BAUMAN, 2001); amplia-se o livre comércio e a globalização financeira, acirrando-se a concorrência em escala mundial: é a transnacionalização do capital (BERNARDO, 2000). **As transformações são possíveis devido ao avanço tecnológico de base microeletrônica** – característica exclusiva da Terceira Revolução Industrial. Essa revolução ocorreu na década de 1970 e trouxe consigo profundas alterações também no modo de organização do trabalho.

Segundo Lisboa, a Terceira Revolução “[...] se caracteriza pela ruptura do paradigma industrial e tecnológico, pelo advento da microeletrônica, pelo avanço das telecomunicações e pelo incremento da automação [...]” (2002, p. 35). Foram essas inovações tecnológicas que propiciaram transformações na base técnica de produção, no sistema informacional e de comunicação<sup>8</sup>. Alterações que permitiram uma maleabilidade ao capital impensável em qualquer outro momento histórico (BAUMAN, 2001).

A presente versão “liquefeita”, “fluida”, dispersa, espalhada e desregulada da modernidade pode nos implicar no divórcio e ruptura final e flutuante marcado pelo **desengajamento** e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho. [...] o capital rompeu sua dependência em relação ao trabalho com uma nova liberdade de movimentos, impensável no passado. A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornarem independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho (2001, p. 171, aspas e grifo do autor).

O enfraquecimento das ligações entre capital e trabalho faz com que o trabalhador fique extremamente vulnerável ao mercado econômico global. Acerca disso, Bernardes (2001) afirma: “[...] a empresa transforma-se em máquina de vulnerabilizar e excluir seres humanos, ainda mais quando combinada à política econômica de não crescimento e calculada recessão” (p. 27). **O descompromisso do capital com o trabalhador acentua-se: o compromisso cada vez maior é com a geração de mais lucro, mais acumulação.** O instalar e desinstalar de fábricas, predominantemente, nos países subdesenvolvidos é um desdobramento desse processo, pois as fábricas aproveitam subsídios tributários cedidos pelos governos com a promessa de geração de empregos e riquezas, exploram a mão-de-obra barata

---

<sup>8</sup> A chamada globalização informacional é de acesso restrito e diferenciado à população mundial, o fenômeno da globalização nem sempre é global como o seu nome sugere. Por isso, o termo globalização deve ao ser usado tratado com algumas ressalvas. Moraes (2001), afirma que o acesso da população ao comércio eletrônico relaciona-se fortemente ao nível de desenvolvimento sócio-econômico de seu país.

e quando recebem um convite mais atrativo (lucrativo) removem sua base de produção<sup>9</sup> com destino ao novo oásis de exploração, deixando para trás uma leva de trabalhadores aturdidos e desorientados.

Soma-se a essa instabilidade a que o trabalhador é lançado, a diminuição progressiva de muitos postos de trabalho (ANTUNES, 2001), em decorrência do fenômeno da automação (GUARESCHI, 1999) e da intensificação do trabalho àqueles que estão empregados (GOUNET, 2002), tendo por maior conseqüência destes fatos o aumento do desemprego e do subemprego (POCHMANN, 2001).

Nos países não-desenvolvidos, a situação do desemprego fica ainda pior. Com a economia global os países subdesenvolvidos tiveram as desigualdades sociais ainda mais acirradas. Pochmann (2001) afirma que:

O desemprego e a desigualdade de salários e renda se mostraram crescentes entre nações ricas e pobres, bem como no interior de cada país, especialmente entre as economias não-desenvolvidas, que na tentativa de superar as condições de periferia do dinamismo mundial transformaram-se numa grande feira internacional de concorrência pelo oferecimento de mão-de-obra a custos decrescentes (2001, p. 81).

Ramonet (2003), reportando-se a alguns dados publicados no *Libération* de 21/05/03, afirma que, “[...] enquanto as classes médias são desbastadas, empobrecidas, a riqueza continua se concentrando no topo: há trinta anos, um empresário ganhava quarenta vezes mais do que o salário de um trabalhador; atualmente, ganha mil vezes mais” (p. 2).

Diante do panorama de “fluidez”, terceirização, transnacionalização de empresas e capital, do afrouxamento da ligação entre capital e trabalho, de concorrência em nível mundial (BAUMAN, 2001) e de diminuição progressiva dos postos de trabalho (Antunes, 2000), percebe-se que:

[...] as propostas dominantes são as de **competição em todos os níveis**, liberalização dos mercados nacionais, desregulamentação dos mecanismos de controle da economia, flexibilização das relações de trabalho, questionamento da idéia de nacionalidade, privatização irrestrita e crença no predomínio econômico sobre o político, o cultural e o social (NEVES, 2001, p. 59, grifos nossos).

Para que uma empresa se mantenha no mercado mundial é preciso que ela obedeça à lógica que o rege: produzir com maior qualidade e menor custo e tempo, para que assim ofereça um produto melhor e mais barato que das suas concorrentes; sendo o salário de um

---

<sup>9</sup> Esse remover das fábricas é possível pela nova organização do modo de produção, pois no Toyotismo as empresas já não são mais verticais como no Fordismo, mas sim horizontais, ou seja, grande parte da produção se dá fora da fábrica nas subcontratadas (como foi explicado anteriormente).

empregado considerado uma despesa, uma redução no quadro de funcionários significa uma redução direta no custo de produção. O trabalhadores vivem pois, a tensão e a ansiedade de ter que reduzir e otimizar crescentemente sua capacidade produtiva (CARVALHO, 2001), visto que inevitavelmente o indivíduo menos produtivo será descartado e substituído por um outro mais ágil. Nessas circunstâncias

[...] **os trabalhadores se envolvem totalmente no competir**, no poder ganhar o mais possível, de um lado, e em controlar seu adversário para que não fira as normas do jogo [...] de outro lado. **Um se torna vigia e informante do outro para que jogue corretamente** (GUARESCHI E GRISCI, 1993, p. 28, grifos nossos).

Na medida em que se percebe que a competitividade da empresa depende da habilidade do trabalhador, pois é ele quem de maneira criativa, reforma esquemas debilitados de técnicos no processo produtivo (DEJOURS, 2001) passa a ocorrer uma “[...] apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital” (ANTUNES, 2000, p. 23). Isso porque, a produção está cada vez mais vinculada à demanda de mercado e sujeita a toda variação e heterogeneidade criada por este, o trabalho é realizado em equipe e conta com **multivariabilidade de função** (ANTUNES, 2000).

Dessa forma, além da apropriação de execução do trabalho manual, “[...] na lógica do toyotismo há a percepção de que **é preciso devolver ao trabalhador aquele espaço de subjetividade dentro da fábrica onde ele possa criar pelo e para o capital** [...]” (ANTUNES, 2001, p. 42); isto é, o “saber fazer-saber” nas palavras de Carvalho (2001), mediante o qual é o trabalhador quem cria novas alternativas para responder à demanda de mercado que guia a produção da empresa.

Uma fábrica, uma usina ou um serviço só funciona quando os trabalhadores, por conta própria, usam de artimanhas, macetes, quebra-galhos, truques; quando se antecipam, sem que lhes tenham explicitamente ordenado, há incidentes de toda a sorte; quando, enfim, se ajudam mutuamente, segundo os princípios de cooperação que eles inventam e que não lhes foram indicados de antemão (DEJOURS, 2001, p. 56).

Por essa razão, Bernardo (2000) afirma que os capitalistas ao perceberem a **importância do poder criativo do trabalhador aplicado à produção** inverteram seu discurso, levando os indivíduos novamente à submissão ao capital. Foi de fundamental importância a “descoberta” do operário inteligente para a reestruturação do capital após as manifestações trabalhistas das décadas de 1950-1970, citadas por Bernardo (2000) e Antunes (2001) e as formas de trabalho flexível (GOUNET, 2002).

Com o imperativo do competir a atual estruturação do sistema produtivo acaba por propiciar a **exacerbação do individualismo** (GUARESCHI, 1999). Neste contexto, estabelecer relações solidárias entre os homens-trabalhadores torna-se praticamente impossível. Isso porque **o outro se torna um inimigo real**, já que está investido da possibilidade de lhe retirar o meio de sobrevivência – posto de trabalho; sendo assim, os indivíduos buscam manter-se empregados ou, ao menos, se manterem o mais longe possível das listas de demissões (DEJOURS, 2001), digladiam-se para manterem-se trabalhando, ao mesmo tempo, nessa situação de subordinação, podem ser explorados mais ainda (DEJOURS, 2001).

[...] com a ameaça de demissão pairando sobre todos os agentes de um serviço, a maioria dos que trabalham se mostra capaz de acionar todo um cabedal de inventividade para melhorar sua produção (em quantidade e em qualidade), bem como para constringer seus colegas, de modo a ficar em posição mais vantajosa do que eles no processo de seleção para as dispensas (DEJOURS, 2001, p. 57).

No sistema neoliberal, segundo Guareschi (2001), “[...] se não há diferenças, se não há extremos, esses extremos são instituídos, são criados, para que se dê o confronto, a competição. É por isso que liberalismo necessita intrinsecamente dos excluídos: os rejeitados são uma conseqüência lógica do sistema [...]” (p. 68) e não sua falha. Diante dessa colocação fica evidente que **sentimentos de solidariedade são incompatíveis com a lógica neoliberal**, pois o seu motor-propulsor é a competitividade e o competir culmina implacavelmente na exclusão de um indivíduo.

Perante uma realidade tão cruel e hostil, e diante da possibilidade de tornar-se parte da “massa de excluídos” (CARVALHO, 2001), ou parte do “exército mundial de força de trabalho sobrando” (ANTUNES, 2001), na busca de atender às demandas cada vez mais instáveis do mercado de trabalho e consumo, **o indivíduo se submeterá a tudo o que se lhe exige**. Esse é o *modus operandi* das fábricas modernas: o trabalhador e a trabalhadora em plena disponibilidade para o capital, seja ele um capital que precise de 4 horas de trabalho ou de 14, ou ainda um capital que acesse uma recessão (ANTUNES, 2001). Assim se faz o modelo do ideal de trabalhador da atualidade:

Trata-se de um trabalhador **multifuncional**, uma pessoa que apresenta uma grande **flexibilidade**, vamos dizer aí, cognitiva, operacional e psíquica. Só que ao mesmo tempo, tendo as empresas na noção de multi-empresas, como os próprios trabalhadores são obrigados competirem entre si e a **competirem consigo próprios** em relação à nova atividade de trabalho (CARVALHO, 2001, p. 55, grifos nossos).

Segundo Sennett (2001), “[...] em termos ideais, o **comportamento humano flexível** deve ter a mesma força tensil: ser adaptável às circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas” (p. 53). Isso significa que vencida a disputa travada com o outro pelo posto de trabalho, o indivíduo passa a manter uma batalha cotidiana consigo próprio: deve ser capaz de suportar toda sorte de exigências que as situações variadas, decorrentes de um processo produtivo regido pela demanda, a ele se impõem.

Bauman (2001), como dissemos, descreveu o momento histórico atual como fluido em razão de toda a instabilidade que o funda. O homem contemporâneo vive submerso nessa instabilidade e se “traveste” com toda a fluidez característica do momento atual tornando-se plástico, fácil de moldar para adequar-se às situações mais inconstantes e inusitadas apresentadas a ele. Este é o modelo de trabalhador ideal para o mercado neoliberal. O trabalhador precisa ser adaptável a toda e qualquer circunstância, ter disponibilidade plena para o capital, adquirir diversas habilidades, ser ágil para trabalhar sob a demanda de mercado. Por isso Kurz (2004) pontua a **flexibilização como a forma mais sutil de desumanização**, o indivíduo passa a ser regido quase que unicamente por valores econômicos e esses os únicos a serem respeitados. Enfim, o homem auto-empresário “VOCÊ S.A” descrito por Cardoso (2004) que organiza toda a sua existência em perfeita harmonia com os ditames desumanizadores da economia de mercado.

[...] La flexibilización, que fue elogiada como método de auto-realización, es en realidad, un método de **auto-adiestramiento** a las extrañas exigencias del sistema en crisis. Las personas deben analizarse a sí mismas como su propio capital humano, cada uno debe ser una pequeña empresa, cada individuo debe ser un medio único de auto-avaliación. Ser flexible parece no significar más que degradarse como un autómata, que mecánicamente reacciona a las órdenes y señales del mercado. **Es la forma más sutil de deshumanización** [...] (KURZ, 2004, p. 2).

Para a manutenção da atual configuração da estrutura do trabalho, bem como a veiculação do tipo ideal de trabalhador e de sua subjetividade, que sustentam tal estruturação da atividade produtiva, é preciso que haja uma mediação no nível das idéias que conduza à aceitação do sistema vigente. “[...] Devemos ter bem claro que sem uma legitimação ideológica (psicológica e social), essa relação [de exclusão] não consegue se perpetuar por muito tempo e levaria a sérios conflitos sociais [...]” (GUARESCHI, 1999, p. 14).

A relação de dominação está pautada no interesse de uma minoria em dominar o restante, de forma a garantir uma hierarquia onde poucos impõem suas vontades a muitos, garantindo assim certos privilégios que a maioria das pessoas – dominadas – não possuem. É importante ressaltar que o **privilégio** encerra em si, necessariamente a exclusão: “vantagem

que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum [...]” (FERREIRA, 1995, p. 530).

Ao tratar sobre o tema poder/dominação, Guareschi (2001) se reporta ao sociólogo Hebert de Souza (Betinho):

[...] nosso querido Betinho, nos últimos meses antes de morrer, afirmava que nós vivemos numa sociedade autoritária, numa sociedade facista. Por quê? E ele respondia: por que há, no Brasil, nove famílias que detêm 92% da mídia. Os únicos que têm voz, os únicos que têm vez, os únicos que podem dizer suas palavras são eles, e os outros com a permissão deles (p. 71).

Assim, podemos verificar a participação social de um povo na organização de seu espaço político pela representatividade que este possui, ou não, na comunicação. Nesta perspectiva, podemos afirmar o quanto este tipo de relação – poder/dominação – está fortemente estabelecido quando chegamos ao dado de que apenas nove famílias, no Brasil, detêm 92% da mídia (meio de comunicação em massa), representando praticamente uma unicidade. Sendo assim, são essas nove famílias que poderão falar, organizar, ordenar perante a sociedade, e os outros, só se expressarão sob o jugo e/ou permissão de tais detentores da mídia, ou seja, do poder.

Segundo Costa (1986), **somos educados por meio da violência simbólica** para sermos padronizados e subservientes. Para o autor é pela “[...] imposição de enunciados sobre a realidade que leva o indivíduo a adotar como referencial exclusivo de sua orientação no mundo, a interpretação fornecida pelo detentor do saber”. (apud ABEICHE et al, 2003b, p. 4).

Mancebo (2000) aborda brilhantemente o papel dos meios de comunicação para a construção da subjetividade na contemporaneidade afirmando o seguinte:

[...] a ‘telinha’, mas também os demais veículos de comunicação e informação e outras instituições organizadoras do espaço social e das identidades sociais [...]. Apreendem o indivíduo em diversas situações de vida, inclusive em sua esfera estritamente privada; sugerem-lhe papéis, sentimentos e atitudes; tentam convencê-lo quanto aos comportamentos sociais mais indicados ou não, para o alcance do reconhecimento social e quanto às identidades a serem incorporadas ou excluídas, para uma exitosa existência social (p. 7).

Assim podemos entender o porquê (2001) reportando-se a Betinho afirma que só os detentores do setor comunicacional é que têm voz e vez. Para se manter no poder utilizam-se da mídia, a fim de veicular o modelo de subjetividade necessário para a manutenção de seu poder de controle e dominação, fornecendo aos indivíduos elementos de ação ideológica conduzentes a uma perspectiva de mundo sob o prisma do poder hegemônico (COSTA, 1986).

Enfim, limites e barreiras são prostrados ao chão. Se o capital não podia viajar, agora ele se evapora, se o trabalhador não imaginava níveis maiores de dominação exploração os vividos hoje são ainda mais inimagináveis... Se o limite era o céu, hoje é apenas o quintal do mundo capitalista... Se a violência societal era cruel, hoje é inominável...

#### **4 - Sob o Terror da Ameaça Constante: A Luta pela Sobrevivência e a Fragilização dos Vínculos Sociais**

Após termos compreendido a atual estruturação do mundo do trabalho passaremos então, a discutir os seus desdobramentos para além do econômico. Assim, abordaremos algumas formas de **sofrimento humano** engendradas a partir e na relação com o trabalho. Veremos como essas formas de sofrimento são sustentadas e reproduzidas pelos homens, tanto os que estão no mercado de trabalho, quanto os que estão totalmente à sua margem. Essas discussões tentam perpassar pelas formas de sofrimento ético, físico e psicossocial.

A forma de organização que o trabalho adquiriu na contemporaneidade não vem propiciando aos homens desenvolver a atividade produtiva e manter níveis adequados de saúde e integridade física, psíquica e social. No entanto, para Carvalho (2001) – mesmo estruturado de forma perversa – o trabalho não perdeu sua função como nucleador dos processos de construção da identidade social. Ele continua sendo fundamental aos papéis representativos do “eu”. Segundo o autor, o sujeito se reconhece e é reconhecido socialmente a partir da atividade que desenvolve. Abeche (2003), reportando-se a Marx (1818-1883), afirma que o trabalho não é apenas uma atividade em si, mas sim uma atividade que propicia ao indivíduo um modo de viver e conseqüentemente, um modo de ser e se relacionar.

Forrester (1997) entende ser uma impostura continuar afirmando a centralidade do trabalho, sem qualquer correlação sócio-histórica de sua atual configuração, pois atualmente há uma grande massa humana sem trabalho; são peles sobre corpos que perambulam pelas ruas, são a sujeira e a escória que mendiga e sobrevive de esmola, são os sem-teto, são os invisíveis que incomodam, são o produto e o resto de um sistema que não sobrevive sem eles. Eles não são apenas conseqüência de uma estruturação política, econômica e social. Eles são aquilo em que essa estruturação se fundamenta, são as peças que levam a engrenagem capitalista a funcionar.

Por essa razão, Sawaia (1999a) busca entender a exclusão enquanto uma dimensão da inclusão: na medida em que a sociedade exclui para incluir; fala-se em “inclusão perversa”. A exclusão estaria pois, numa dialética com o que se pensa ser o seu oposto e aquilo que poderia

negá-la: a inclusão. Exclusão e inclusão, para a autora, não se eliminam mutuamente. Um exemplo de inclusão perversa é trazido por Adorno (1985) quando este afirma que o sujeito só é alvo dos campos de concentração, do extermínio, no momento em que ele não serve mais, nem mesmo para ser alvo da piedade alheia, pela qual a sociedade, apesar de confessar com este ato que produz miséria, se reflete e se propaga com tão generosa, tão caridosa.

A exclusão “[...] (n) Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele **[o processo de exclusão] é produto do funcionamento do sistema**” (SAWAIA, 1999a, p. 9); sistema este que insere sujeitos por meio de privações e insuficiência, tendo desdobramentos, como dissemos, para além do econômico.

Segundo Sawaia (1999a), outros desdobramentos da exclusão, que não econômicos, são o **sofrimento e a injustiça social**, os quais possuem uma dimensão subjetiva e ética, respectivamente. A autora ampara-se em Heller (1979) para diferenciar dor de sofrimento, buscando a dimensão subjetiva da exclusão, expressa no sofrimento dos homens, e não apenas aquela dimensão biológica da fome e da miséria que tende a considerar o homem excluído/incluído perversamente apenas em sua animalidade<sup>10</sup>.

Dor é próprio da vida humana, um aspecto inevitável. É algo que emana do indivíduo, das afecções de seu corpo nos encontros com outros corpos e diz respeito a sua capacidade de sentir, que para ela [Heller] equivale a estar implicado em algo ou, como analisa Espinosa, de ser afetado.

O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos [...] (SAWAIA, 1999b, p. 102).

Assim, o sofrimento engloba a dimensão de ser afetado, de sentir dor, do corpo biológico, do individual, mas amplia-se numa outra dimensão baseada também na injustiça social. É por essa razão que Sawaia (1999b) entende o corpo passível de ser afetado, de sentir, como “[...] matéria biológica, emocional e social [...]” (p. 101) e sua morte, portanto, não se dá apenas no nível biológico da falência de órgãos, mas nos níveis social e ético, como “morrer de vergonha” (p. 101). Para a autora, sentir o sofrimento implica em colocar-se a par com a causa da humanidade dos homens e é sobre essa posição que Dejours (2001) discute a **banalidade do mal**.

Dejours (2001), em seu livro sobre a banalização da injustiça social, diz que ocorre uma clivagem importante entre o sofrimento e a injustiça social. Para o autor, quando o

---

<sup>10</sup> Queremos aqui esclarecer que não pretendemos excluir do sofrimento sua dimensão ética, pois aquele que passa fome, não sofre apenas por ausência de alimento, mas é diretamente afetado em sua dignidade, em sua moral, em suas emoções. A afecção do sofrimento engloba muito mais que as marcas deixadas nos corpos.

indivíduo percebe o sofrimento como adversidade, equivalente a uma fatalidade, este fica impossibilitado de manifestar e reivindicar seus direitos junto ao *status quo* violentador. O sofrimento, assim, fica relegado ao foro íntimo do indivíduo, não sendo percebido como resultante da organização do trabalho, perversa na atualidade, que exclui o homem ou sobrecarrega os que estão trabalhando - precarizando ainda mais o já precarizado estado do trabalhador atual.

Para manter o homem neste estado de resignação/cegueira frente ao sofrimento, a própria dor e a do outro, não apenas outro enquanto homem-trabalhador, mas também enquanto alteridade se faz necessário que o *status quo* impinja, por meio da indústria cultural (Adorno, 1986c), aos homens a responsabilidade da causa desse sofrimento.

Assim transmite-se, veicula-se, glorifica-se um modelo de homem-trabalhador “herói”, no entanto, isso não é tudo: o homem modelo da contemporaneidade **não pode sentir dor**, deve ser insensível a ela. Sentir dor suscita no indivíduo a percepção de uma situação que o agride e frente à agressão ele precisa defender-se. O apelo inebriante feito à virilidade do homem (DEJOURS, 2001), virilidade esta não referente à sua masculinidade, mas sim à força sobre-humana de se tornar homem-herói (CANIATO, 2000) também é acionado para sustentar esta negação do sofrimento.

[...] Em última análise, a elogiada têmpera para a qual se é educado significa pura e simplesmente **indiferença à dor**. Aquele que é duro contra si mesmo adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve oportunidade de demonstrar, que precisou reprimir [...] (ADORNO, 1986b, p. 39, grifos nossos).

O homem que se encontra trabalhando sofre, pois ao internalizar os valores da atualidade – competência, competição exacerbada, ser homem-herói, etc. – passa a temer o rótulo de incompetente, tem medo de não estar à altura da empresa ao se mostrar incapaz de enfrentar de forma conveniente (flexibilidade – SENNETT, 2001) as situações incomuns ou incertas (ANTUNES, 2000), que lhe exigem inteligência, sagacidade e responsabilidade (DEJOURS, 2001).

No contexto atual da organização do trabalho, que traz como valor primordial a competição exacerbada travada entre os indivíduos – conduzente a exclusão – o reconhecimento de seu trabalho pelo outro é praticamente impossível. Segundo Dejours (2001), é esse reconhecimento do trabalho executado que permite ao homem transformar o sofrimento sentido, a angústia despertada por sua atividade, em sentimento de prazer, alcançando o seu papel de norteador e formador da identidade humana. Assim, o sofrimento encontra-se num círculo vicioso: o sofrimento só gera mais sofrimento. Dejours (2001) afirma

que a consequência dessa “roda viva” é a **desestabilização da identidade e logo, da personalidade levando à doença mental** (p. 35, grifos nossos).

As estratégias de **culpabilização do indivíduo** (DEJOURS, 2001) têm possibilitado a constatação de que “[...] muitas doenças produzidas pela organização do trabalho não são assim identificadas pelos serviços públicos ou privados de saúde, mas meramente como doenças produzidas por distúrbios orgânicos ou psíquicos que teriam sua etiologia no próprio indivíduo” (IENO NETO, 2001, p. 245). Tal constatação comprova a cumplicidade da comunidade científica, supostos detentores do saber, na imputação violenta da culpabilização nos indivíduos ao ratificar falsas idéias de que o sofrimento oriundo do trabalho é de cunho iminentemente psíquico. Não desempenhar plenamente as exigências do mercado de trabalho remete ao indivíduo a sensação de incompetência e não ao absurdo exigido dele, ou seja, o contexto social é apagado. Sua dispensa ou na melhor das hipóteses sua substituição não é por ele entendida como uma necessidade imperiosa do modo de produção, mas sim como incapacidade pessoal de ser peça útil à empresa.

Os indivíduos na atualidade estão na lógica do “**merecer viver**”, numa busca desenfreada de competência no trabalho, para continuar a existir, já que sua existência está intrinsecamente ligada ao seu valor de mercado. Sendo assim, segundo Forrester (1997), o indivíduo,

[...] deve mostrar-se ‘útil’ à sociedade, pelo menos àquela parte que a administra e a domina: a economia, mais do que nunca confundida com comércio, ou seja, a economia de mercado. ‘Útil’, aqui, significa quase sempre ‘rentável’, isto é, lucrativo ao lucro. Numa palavra, ‘empregável’ (‘explorados’ seria de mau gosto!) (p. 13, aspas da autora).

A aceitação/participação das condições perversas da atual organização do mundo do trabalho, segundo Dejours (2001), deve-se a insegurança reinante, vaporosa que paira sobre a vida dos indivíduos na atualidade, decorrente da precarização do trabalho, do medo de tornar parte da massa de excluídos. O homem contemporâneo vive na lógica como nos disse Forrester (1997) do merecer viver. Ele não sabe aonde ir acordar no dia seguinte – se é que realmente acordará... –, se poderá garantir sua sobrevivência ou não, se terá o reconhecimento social ou não...

De acordo com Dejours (2001), o trabalhador adere, mais ou menos intensamente, às exigências do mercado de trabalho sem concebê-las como violentadoras, pois estas são entendidas como consequências naturais e inevitáveis do sistema econômico neoliberal. Lutar contra a “Entidade Econômica Suprema Neoliberal”, além de absurdo, não corresponderia a fazer uma opção entre submeter-se ou recusar a servir, mas sim ter que optar entre a

sobrevivência ou o desastre. E a sobrevivência hoje “[...] está no entusiasmo com que cada um presta a sua contribuição para a luta concorrencial [...]” (DEJOURS, 2001, p. 94).

Conceber como natural às injunções do sistema econômico para Dejours (2001), corresponde ao mecanismo de defesa denominado racionalização, erigido pelos indivíduos na tentativa de suportar o sofrimento gerado nas relações de trabalho. A racionalização, enquanto mecanismo de defesa psicológico corresponde à construção de um raciocínio sofisticado e especioso com o objetivo de dar a uma experiência, a um comportamento ou a um pensamento reconhecido pelo sujeito como inverossímil uma aparente justificação (DEJOURS, 2001).

A vigilância exercida sobre o seu companheiro de trabalho, as humilhações que por vezes inflige ao outro, as tentativas de derrubar seu par na busca de manter-se longe das listas de demissões promove no indivíduo o sentimento do sofrimento ético. Cometer atos reprováveis moralmente faz os indivíduos temerem perder a própria dignidade e frente a estas situações eles recorrem mais uma vez ao mecanismo da racionalização, evitando o penoso exame moral, negando os atos de violência infligidos a si e a outrem que firam seus valores fundantes (DEJOURS, 2001).

Outro mecanismo de defesa acionado pelos indivíduos na tentativa de suportar as condições hostis do trabalho na atualidade é o da negação. O indivíduo passa a negar o seu sofrimento e o do outro, próximo a ele. Gradualmente, os indivíduos vão construindo barreiras em torno de si, de tal forma a se tornar insensíveis ao seu sofrimento e ao do outro.

Os mecanismos de defesas descritos propiciam a aceitação das condições hostis de trabalho e a clivagem entre o sofrimento e sua origem social que, por sua vez, dialeticamente acarretam e são conseqüências da banalização da injustiça social (DEJOURS, 2001).

O processo do desenvolvimento da tolerância ao sofrimento, logo à injustiça social, ocorre em duas fases. A primeira fase, de acordo com Dejours (2001), é representada pela recusa sindical em considerar a subjetividade do trabalhador e, conseqüentemente, o sofrimento psíquico originado a partir das relações de trabalho; os sindicatos pensavam no sofrimento como sendo uma preocupação individual e que trabalhar com esta questão poderia por em xeque o processo de formação da consciência coletiva. A segunda fase corresponde à “vergonha” sentida pelo trabalhador de tornar público este sofrimento.

Dejours (2001) afirma que a **tolerância ao sofrimento psíquico dos que estão empregados** abriu caminho para a tolerância ao sofrimento dos indivíduos na condição de desempregados, logo maciçamente excluídos (p. 40-41). O apelo à vergonha é feito por meio

de uma outra clivagem, não mais a realizada entre o sofrimento e a indignação, mas agora entre duas populações: a empregada e a desempregada (DEJOURS, 2001).

O trabalhador empregado, apesar de precarizado, explorado, “supérfluo”, sente vergonha de reclamar sobre o seu sofrimento, pois o compara com o sofrimento do desempregado. Aquele que trabalha acredita que deve agüentar mudo/amordaçado seu sofrimento, porque o desempregado se encontra em situação pior que a dele e **suporta** isso (DEJOURS, 2001).

Mas não pensemos que é somente por mecanismos psicológicos que se torna possível sustentar e engendrar a banalidade do mal. Essa leitura deve ser feita pelo seu avesso. O processo de **banalização da injustiça social inicia-se pela manipulação política da ameaça de aniquilamento social**, e no seu extremo diante das mais primitivas experiências de sobrevivência física – fome – pela precarização do trabalho e exclusão social.

Para Bourdieu (1998) todo o processo de precarização do trabalho, descrito até o presente momento, se inscreve num novo modo de dominação. Segundo o autor, a precariedade se funda em uma situação generalizada e permanente de insegurança que objetiva fazer o trabalhador sucumbir ainda mais a ditames da super-exploração, ou melhor, da “flexploração” e mais: a precariedade afeta os indivíduos no seu âmago. Pensemos nesses indivíduos que necessitam lutar dia após dia pela sua sobrevivência sob o jugo da ameaça contínua de decair ainda mais na escala social. Bourdieu (1998) afirma que para esses indivíduos o futuro torna-se tão incerto que é impossível organizar uma ação antecipada racional em prol de melhores condições de sobrevivência, além disso, quando não há crença no futuro não há motivos para lutar.

[...] A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a idéia de “interesse comum” fica cada vez mais nebulosa e perde todo o valor prático. Os medos, ansiedades e angústias contemporâneas são feitos para serem sofridos em **solidão**. Não se somam, não se acumulam numa “causa comum”, não têm endereço específico, e muito menos óbvio (BAUMAN, 2001, p. 170).

Segundo Dejours (2001) o processo de mobilização/reivindicação é muito mais um movimento de reação frente à injustiça do que uma ação em busca da felicidade. Assim, ao não se enxergar o sofrimento como oriundo das condições sócio-econômicas engendradas na contemporaneidade, os homens não o reconhecem como injustiça. Quando o sofrimento, oriundo das relações de trabalho, não é admitido como fruto da injustiça social, deforma-se

essa situação alegando que este tem origem em estruturas subjetivas individuais e por isso não existe razões para desencadear um processo de solidariedade entre os indivíduos.

O processo de solidarização entre os homens exige que haja entre eles algo comum, seja a pertença a uma mesma classe social, seja a igualdade de gênero, ou a correspondência em nível financeiro. Ao contrário do que geralmente se pensa a classe pauperizada não constitui uma classe homogênea. Ela é formada por pessoas com níveis econômicos variados que, mesmo sendo baixo, é insuficiente para unir e solidarizar as pessoas entre si em prol de melhorar suas condições de existência. Dessa forma, a heterogeneidade na classe trabalhadora não está apenas entre as categorias empregado e desempregado. Paugam (1999), afirma que os pobres são geralmente uniformizados pelo atendimento que recebem da assistência social, ou que pelo menos deveriam recebê-la, são uma categoria socialmente construída e relativa e seu sentido é atribuído pelo conjunto da sociedade.

Para compreender o processo de expulsão gradativa dos indivíduos do mercado de trabalho e as experiências vividas na relação com a assistência social durante as diferentes fases do processo de expulsão de cada vez mais pessoas do mercado de trabalho, Paugam (1999) criou o conceito de “**desqualificação social**”. Este conceito corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população qualificada como pobre, dependente do serviço social, e o resto da sociedade.

O processo de desqualificação social pode ser caracterizado, segundo o autor, resumidamente por cinco etapas. A primeira etapa é caracterizada pela estigmatização social daqueles que são assistidos (ou ao menos que deveriam sê-lo) pelo serviço de assistência social, o qual condena os sujeitos a circunstâncias específicas, modificando sua identidade e transformando suas relações num estigma. Os pobres estigmatizados devem viver **isolados**, pois a pobreza é considerada intolerável pela própria sociedade que a produz, e também devem dissimular a inferioridade distanciando-se em suas relações com aqueles que se encontram na mesma situação. Humilhados e distanciados cada um está, individualmente, impedido de reconhecer-se num grupo social.

O segundo elemento do conceito de desqualificação social refere-se ao modo pelo qual os sujeitos estão integrados à sociedade, fazendo parte de seu último estrato social – inclusão perversa em Sawaia (1999) e função última do sujeito excluído, ser “ajudado” para a glorificação da sociedade, em Adorno (1985) – e à maneira pela qual, marginalizados, estão ligados ao centro da sociedade, integrando o sistema.

O terceiro elemento refere-se à capacidade de resistência dos estigmatizados como pobres, os quais resistem ao descrédito que lhes persegue. Segundo o autor, ao contrário do que se pensa da classe pauperizada ela, aos seus modos, resiste.

O quarto elemento do processo demonstra que a variedade das maneiras de resistir ao “rótulo” e a adaptação à relação com a assistência variam conforme o nível do processo de desqualificação vivenciada pelos pobres. Os sujeitos assistidos não configuram uma categoria homogênea, mas sim uma categoria heterogênea que a maneira de organização da assistência homogeneíza. Diante da heterogeneidade dos pobres entre si, Paugam (1999) cria uma tipologia para caracterizar a relação com a assistência: a dos frágeis, na qual os pobres têm uma relação pontual; a dos assistidos, os quais estabelecem uma relação regular e contratual com a assistência; e finalmente, a dos marginais – relação infra-assistencial.

O quinto elemento do processo de desqualificação social advém de uma busca das condições sócio-históricas. Paugam (1999) propõe três fatores para o aumento na busca pelo serviço de assistência social: o nível de desenvolvimento econômico elevado, porém associado a uma grande precarização do mercado de trabalho;

[...] a grande fragilidade dos vínculos sociais, em particular no que se refere à sociabilidade familiar e às redes de auxílio privado; um estado social que assegura à maioria um elevado nível de vida, cujos modos de intervenção junto às populações desfavorecidas revelam-se contudo, inadaptadas [...] (p. 71).

Esse fenômeno apresentado por Paugam (1999), da desqualificação social, caracterizada de acordo com o serviço assistencial “oferecido”, afeta o conjunto social, pois os “pobres”, os “excluídos”, precisam ser contidos, não podem ameaçar a ordem social e a coesão nacional.

Paugam (1999) apresenta uma situação na qual os vínculos sociais são cada vez mais enfraquecidos e aponta que esse enfraquecimento está fortemente relacionado com a situação da fragilidade e da dependência em relação ao serviço de assistência social.

[...] Os indivíduos despedidos que incorporam essa situação como um fracasso profissional e os que não conseguem um primeiro emprego, tomam progressivamente consciência da distância que os separa da grande maioria da população e acreditam que **o fracasso que os atinge é visível a todos** (p. 73).

A humilhação da desqualificação não se vê apenas dentro da classe estigmatizada. Esse estar “visível a todos” faz com que os sujeitos, além de se afastarem de seus próprios vizinhos, neguem e escondam o lugar que moram, aquilo que fazem. Ao invés do isolamento ser a eles impingido pelo restante da sociedade “incluída” eles mesmos se autodistanciam dos

que lhe impingem esse sofrimento e essa humilhação, como também fogem daqueles que, em mesma situação, podem vê-los na circunstância tão humilhante.

[...] Mesmo as relações no seio da comunidade familiar podem ser afetadas, pois é difícil para alguns admitir que não esteja à altura das pessoas que o cercam. Ao falar de suas dificuldades conjugais, estabelecem uma relação etiológica entre a perda do emprego e as tensões surgidas em casa, que costumavam levar a uma separação ou a um divórcio. **À desclassificação profissional soma-se uma desintegração familiar que aprofunda o sentimento de culpa** [...] (PAUGAM, 1999, p. 74, grifos nossos).

Forrester (1997) nos conduz ainda a refletir a respeito das condições de vida dos sujeitos com um dos indicadores para a taxa de mortalidade prematura (antes dos 65 anos). Entre os operários-empregados essa taxa é 2,7 vezes maior que a dos executivos superiores e profissionais liberais e 1,8 mais elevada que a dos executivos médios e comerciantes<sup>11</sup>. E a taxa de mortalidade prematura entre os sem-teto, entre os desempregados, entre os miseráveis? “[...] Perguntem até que ponto a crueldade dessas vidas abrevia a sua duração, e se são necessários muros e guaritas para encarcerar as pessoas. [...]” (p. 34). Eles não precisam ser sempre contidos por instituições legalizadas; conseguem, muitas vezes, eles e os outros que também os acusam de sua existência parasita, dar cabo prematuramente de sua vida inútil (FORRESTER, 1997).

Difícilmente se detecta a dureza e o horror de ser considerado até por si mesmo como uma nulidade, um estorvo, uma inadequação. Essas auto-considerações de reprovação, de desaprovação é que mantêm os sujeitos na resignação; sua condição de abjetos os paralisa. Forrester (1997) entende que o sentimento de vergonha enfrentado pelo indivíduo que é descartado, desconsiderado, banido do sistema, é um dos elementos fortemente requisitados pelos detentores do poder hegemônico,

[p] Pois não há nada que enfraqueça nem que paralise mais que a vergonha. Ela altera na raiz, deixa sem meios, permite toda a espécie de influência, transforma em vítimas aqueles que a sofrem, dá o interesse do poder em recorrer a ela e a impô-la; ela permite fazer lei sem encontrar oposição, e transgredi-la sem qualquer protesto. [...] É ela, ainda, que permite a exploração dessa resignação, além do pânico virulento que contribui para criar (p. 12).

Todo esse processo leva o sujeito a colocar-se em solidão e abandono, afastar-se do outro e esse outro dele. Esse afastamento, essa distância se caracteriza como algo que conduz à insensibilidade e indiferença moral entre os homens. O outro, distante, transforma-se num

---

<sup>11</sup> Esses dados estão contidos numa nota de rodapé à página 34. A autora retirou-os de Inserm, SC8, in: INSEE *Première*, fevereiro de 1996 e referem-se aos trabalhadores da França.

expectador do fracasso e da humilhação, deixa de ser referência de humanização, de amparo e de apoio, levando o indivíduo a se distanciar de sua própria humanidade, constituindo-se como um ser insensível tanto ao seu sofrimento como ao sofrimento alheio. Consequentemente, “[...] os dilemas morais saem da vista e se tornam cada vez mais raras as oportunidades para um exame mais cuidadoso e uma opção moral consciente” (BAUMAN, 1998, p. 45).

Nessas circunstâncias as opções para quaisquer ações começam a se tornar infinitas, pois se inicia um processo em que tudo é possível... O julgamento moral deixa de ser utilizado e a moralidade deixa de servir como limite e referência, pois a distância entre os homens faz deles seres mais permissivos, inclusive ao mal. Tudo isso aliado ao fato de que muitos homens são hoje descartáveis porque não rentáveis... “[...] surge o temor insidioso, o medo difuso, mas justificado, de ver o maior número de seres humanos considerados supérfluos. Não subalternos nem reprovados: supérfluos. E por essa razão nocivos. E por essa razão... [elimináveis!]” (FORRESTER, 1997, p. 16).

## 5 - A Internalização da Violência Social Conduzente ao Conformismo

[...] A responsabilidade pela exclusão está sendo enganosamente reputada, pelos próprios sujeitos, a si mesmos, enquanto pessoas. **Trata-se de um sentimento de desvalia, de incapacidade e de incompetência auto-atribuído e/ou atribuído pelos outros**, sem uma análise objetiva de uma situação construída a partir de valores que não privilegiam o humano (LISBOA, 2002, p.42, grifos nossos).

Apropriemos-nos da célebre obra *“El Malestar en la Cultura”* de Freud (1981) para compreendermos esse processo de auto-atribuição de desvalia e reprovação apontado por Lisboa (2002). Em outras palavras, da psicodinâmica do sentimento de culpabilidade - processo de auto-acusação/punição. Nesta obra o autor trabalha com o sentimento de desamparo do homem, a psicodinâmica entre as pulsões de vida e de morte constituintes do mesmo e a relação homem e cultura.

Em razão do sentimento de desamparo, o homem aceita influências alheias e externas a ele, aderindo ao processo civilizatório. Essa aceitação é feita sobre forte repressão de suas pulsões – Eros e Thânatos, mas por medo da perda do amor e da proteção do outro, seu

anteparo, ele cede às ordens engendradas pela cultura. Sobre a pulsão de vida, Eros<sup>12</sup>, Freud (1981) nos fala que essa vive sob a égide do antagonismo: o de primar pela felicidade pessoal – egoísta – ou se unir com os outros seres humanos – altruísta. Sobre esse conflito Virginia Portas (2001) nos fala o seguinte:

Eros se constitui entre duas premências básicas: *egoísta*, felicidade pessoal, e altruísta, união com outros seres humanos, já estabelecendo por aí, um conflito na sua própria economia libidinal, reguladora da distribuição da libido entre o eu e os objetos do mundo. Na origem, o amor de Eros, quando expandido do objeto exclusivo em direção à formação de laços sociais mais amplos, ou melhor dizendo, ao transformar suas pulsões em sentimentos inibidos para que a civilização possa se constituir, subverte sua qualidade a-social, primordial, que caracteriza todos os relacionamentos sexuais. Eros se imbrica nas malhas expansionistas de Thânos se encontrando com a indomabilidade das suas forças anarquistas. (p. 6)

Ambas as pulsões, em seus extremos, caminham contra a cultura primando pela satisfação narcísica do homem. Entretanto, Freud (1981) afirmou que a pulsão de morte seria o maior obstáculo do processo civilizatório, devido ao fato dessa pulsão caminhar para a destruição/aniquilamento do outro e de si (p. 3052).

Sendo assim, qual seria a saída para que o estabelecimento dos vínculos sociais fosse priorizado em detrimento da satisfação individual? Freud (1981) afirma que em prol da preservação da humanidade, a agressão que seria deslocada para um objeto externo faz o caminho contrário. Nas palavras do autor:

[...] la agresión es introyectada, internalizada, devuelta en realidad al lugar de donde procede: es dirigida contra el propio *yo*, incorporándose a una parte de éste, que en calidad de *super-yo* se opone a la parte restante, y asumiendo la función de ‘conciencia’ [moral], despliega frente al *yo* la misma dura agresividad que el *yo*, de buen grado, habría satisfecho en individuos extraños. La tensión creada entre el severo *super-yo* y el *yo* subordinado al mismo la calificamos de *sentimiento de culpabilidad*; se manifiesta bajo la forma de necesidad de castigo. Por consiguiente, la cultura domina a peligrosa inclinación agresiva del individuo, debilitando a éste, desarmándolo y haciéndolo vigilar por una instancia alojada en su interior, como una guarnición militar en la ciudad conquistada (1981, p. 3053).

O sentimento de culpabilidade é, para Freud (1981), a expressão do conflito ambivalente e da luta contínua entre Eros e pulsão de morte (p. 3059). Quando o processo de sociabilidade sai do âmbito familiar e engloba a comunidade humana o sentimento de culpabilidade é ainda mais exaltado e reforçado. Isso se deve ao fato da cultura forçar a

---

<sup>12</sup> Segundo Freud (1981), Eros demonstra com muita clareza, na culminação de uma relação sexual em que não existe interesse nenhum pelo mundo exterior, o núcleo de sua essência, qual seja, seu propósito de fundir vários seres em apenas um (p. 3044).

simbiose entre os indivíduos, pretensamente unidos, porém deixados na desfiguração de suas especificidades – tornados massa. Essa união só pode ser feita a partir da “[...] *constante y progresiva acentuación del sentimiento de culpabilidad* [...]” (p. 3059), por isso é imposto ao homem contínuas renúncias pulsionais à serviço da cultura, promovendo o movimento de retorno da agressividade contra o próprio ego do indivíduo, podendo alcançar níveis insuportáveis ao sujeito.

O resultado do amálgama da agressividade interna inata ao sujeito com a violência internalizada da cultura é que ambas retornam contra o ego transformando-se em superego da culpabilidade. O superego, por sua vez, passa a infligir castigos cada vez mais severos contra o ego tornando-o frágil e regredido, ou seja, incapaz de exercer o seu papel de mediador da tensão entre as exigências externas e as internas ao indivíduo. E como nos disse Enriquez (1992) “[...] não nos esqueçamos ser a apatia ser uma forma essencial do ódio” (p. 2-3).

O indivíduo não podendo exprimir a sua pulsão agressiva frente à violência da cultura e proibição advinda da cultura, vê-se paralisado pela aderência de Thânatos à violência da mais repressão social. Devido ao fato da violência externa encontrar a energia tanática interna que a acolha, o indivíduo passa a crer que toda a agressão/violência/privação tem origem única em seu foro íntimo. A cultura reprime a agressão que lhe é antagônica, para fazê-la inofensiva e até para eliminá-la, ela resolve o problema do instinto de morte, que lhe é antagônico, fazendo com que ele seja novamente internalizado pelo sujeito, pois é dali que ele nasce. No entanto, Thânatos, o instinto de morte, onde aparece sem propósitos sexuais e em cega fúria destrutiva, conduz-nos a reconhecer que sua satisfação se acompanha de extraordinário prazer narcísico, uma vez que oferece ao ego a realização de seus mais arcaicos desejos de onipotência (FREUD, 1981, p. 3052).

Esse círculo vicioso engendrado pela cultura é tomado como movimento inerente ao homem, justificada pela ideologia dominante que é a porta voz do poder hegemônico de um pequeno grupo de indivíduos que arvoram para si o direito de agredir. Agredir um objeto externo, segundo Freud (1981), é um processo que está a serviço de Eros, pois a agressão deixa de ser direcionada para o próprio sujeito. Na falta do objeto externo a autodestruição tende a aumentar, processo que de todos os modos atua constantemente (p. 3050). Nesse caso em que apenas um único grupo pode agredir, condena-se aquele que é agredido a sofrer a dureza de sua própria agressão inata, pois proibido de expressá-la, somada à destrutividade superegógica dirigida também contra o ego.

Assim, a cultura de que fala Freud prima pela repressão ao sujeito, em que Thânatos não pode ser direcionado para fora – de modo a proteger o ego de sua própria destrutividade

inata – e, tampouco, usado externamente contra a destrutividade que não lhe pertence, de forma a obter proteção para si. Essa cultura busca, então, elevar o nível de destrutividade interna, para manter o sujeito o mais próximo possível da satisfação arcaica primitiva, fazendo dele um ser regredido, fácil de ser domado e manipulado, visto que temeroso do poder da sociedade.

Cercado por todos os lados de violências/privações, o homem acredita-se responsável pela sua condição de espoliado. Quanto mais esse homem é obrigado a renunciar a sua satisfação instintual, mais poderosa torna-se a ação da consciência moral e mais ele se culpabiliza por ações que independem dele. No entanto, essa renúncia à satisfação instintual não livra o indivíduo de continuar sofrendo as ações do superego sádico, pois a persistência do desejo faz com que ele imponha a si mais castigos (FREUD, 1981).

Mas o que significa tornar inofensiva ou quiçá eliminar a agressão? Significa fazer com que Eros atue isoladamente e em pureza (primitivismo instintivo), levando os indivíduos a fundirem-se entre si. A agressão, por sua vez, poderia produzir hostilidade entre os homens e acabaria fazendo com que a fusão erótica primária dos indivíduos fosse deteriorada. Ao estarem os homens fundidos, numa massa, eles atuam sob condições regredidas de funcionamento e, ainda, qualquer Thanatos que fosse dirigido para o exterior, atingiria o outro a quem o um liga-se por simbiose.

Assim, se os homens estivessem fundidos numa massa, a destrutividade – que é proibida de ser dirigida para fora, se o fosse – atingiria apenas a estrutura fusionante e, portanto, o intento de tornar a agressividade inofensiva ao sistema seria atingido. No entanto, a solução de direcioná-la acentuadamente para o mundo interno conduz o indivíduo a renunciar aos seus instintos e a castigar-se cada vez mais. A busca pelo castigo é um processo puramente inconsciente movido pelo o superego sádico devido a persistência do desejo que não quer calar.

Como é possível que um processo tão destrutivo quanto este seja construído? Para Cohn (1986) o processo de internalização dessa ordem proibitiva da destrutividade humana ocorre via ideologia, no nível da violência simbólica. A ideologia veiculada se torna a própria verdade, de tal forma que os indivíduos não conseguem ter acesso aos elementos necessários para acionar suas estruturas mentais superiores para discriminar de forma consciente e protetora a que ou a quem dar adesão;

[...] [a ideologia] além de ser um processo formador de consciência, e não apenas instalado nela, **opera no nível inconsciente**, no sentido forte do termo: ela não apenas oculta dados da realidade, mas os reprime, deixando-os sempre prontos a retornar à consciência, ainda que de novo sob formas

ideológicas. Nessas condições, o desenvolvimento da consciência pelo contato reflexivo com a realidade é um processo doloroso [...] (p. 17, grifos nossos).

A veiculação da ideologia, realizada pela indústria cultural que tem como principal instrumento atualmente a mídia, é comandada pelos gestores do poder econômico, que visa produzir sujeitos regredidos, fáceis de dominar, comandar e enganar. Mas para isso, as estruturas superiores ligadas à inteligência e consciência, que conferem ao homem a capacidade de discernir, discriminar e julgar devem ser contidas e sob qualquer pretexto jamais acionadas. Como afirma Adorno (1985):

[...] O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige pensamento – **mas através de sinais**. Toda ligação lógica que pressupunha um esforço intelectual é **escrupulosamente evitada**. Os desenvolvimentos devem resultar tanto quanto possível da situação imediatamente anterior, e não da Idéia do todo. [...] (p. 128-129, grifos nossos).

Destituído ou tendo sua capacidade discriminativa diminuída o sujeito se torna presa fácil do processo de padronização de sua individualidade, tal como os produtos culturais foram equalizados. Esses sujeitos não passam de meras subjetividades a serem forjadas sob a égide de um processo que o condena à submissão e à resignação ante essa violência que ele mesmo sofre. Devido ao poderio econômico daqueles que regem as produções “culturais”, ou melhor, a cultura industrializada aquele que não se integra e que não se conforma ao sistema, ao recusar esse domínio, ao recusar o conformismo esse indivíduo é punido com a impotência econômica, excluído dessa atividade industrial da cultura “[...] ele terá sua insuficiência facilmente comprovada [...]” (idem, *ibid*, p. 125).

Assim, esse sujeito se deixa apaticamente guiar para a sua integração ao sistema. Sem capacidade de autonomia, de individualidade ele se torna cúmplice deste, pois a partir daí assegura que não será alvo dos golpes dirigidos àqueles que resistem. No entanto, quando deixa de ser alvo torna-se objeto de manobra da indústria cultural. Ao admitir sua fraqueza ele pode ser integrado, já que a partir daí o perigo que ele representa a esse sistema é praticamente nenhum. “[...] [B] basta se dar conta de sua própria nulidade, subscrever a [própria] derrota – e já estamos integrados. [...]” (ADORNO, 1985, p. 143).

Esse sujeito é o que Adorno (1986a) chama de pseudo-indivíduo, isto é, um sujeito “morto” em sua idiosincrasia (máscara mortuária), naquilo que lhe seria autóctone enquanto um ser que tem como parâmetro a alteridade do outro, diferente de si, um indivíduo que esconde a sua condição de heteronomia sob a máscara da simbiose totalizante ao sistema.

Esse indivíduo teve degradada sua capacidade de pensamento, discriminação, julgamento, conformou-se em ser objeto, em perder sua autonomia, suas especificidades enquanto individualidade, ele se transforma enfim, num vazio repleto de obediência, submissão, apatia que o faz esquecer de si mesmo e preocupar-se em estar conforme. É esse o homem pseudo-indivíduo, que integra a massa de pseudo-individualidades fundidas.

A padronização dos sujeitos e sua fusão na massa remete à essência primeva de Eros, desde que em pureza e isolamento, enquanto que a manutenção do sujeito em condições regredidas de funcionamento, pode levá-lo a permitir-se realizar os mais arcaicos desejos de onipotência, a semelhante estado em que também o instinto de destruição apresenta-se em cega fúria, conforme nos diz Freud (1981). Assim, Eros e Thanatos estariam sendo usados pela cultura atual para manter os sujeitos fundidos entre si e satisfazendo seus desejos mais arcaicos, sem que nenhum movimento de represália pudesse abalar o equilíbrio das relações perversas impostas pela cultura.

A indústria cultural estaria recorrendo a cisão dos dois processos básicos ligados às vicissitudes das pulsões em pureza, isoladas, cada qual em seu extremo. Porém, Freud (1981) afirma que na vida dos homens dificilmente as pulsões ocorrem em puro isolamento, senão que amalgamadas e em quantidades variadas nas circunstâncias também variadas. O que deixa evidente a violência com que indústria cultural atua para fazer uma determinada cisão entre as pulsões. Nas palavras de Leo Maar (1995), “[...] a indústria cultural expressa a forma repressiva da formação da identidade da subjetividade social contemporânea” (p. 20).

Esse estado fusional do indivíduo na massa e a sua manutenção em condições regredidas fazem com que ele dê aderência a uma série de “promessas de satisfação” que jamais poderão ser realizadas. A integração à lógica do sistema faz dele um falso poderoso, falso onipotente, pois aquilo que lhe é prometido jamais lhe será dado, esse sujeito é um rei, entretanto, um rei destronado, um rei sem reino. Sabidamente, a sociedade que incita a satisfação das pulsões não cumpre com a sua parte. A sociedade atual tantaliza<sup>13</sup> o sujeito, faz com que ele busque avidamente satisfação, mas vai-lhe retirando todas as condições reais para alcançá-la, restando à grande maioria dos indivíduos a eterna tortura de ter que se constituir enquanto “sujeito” sem a presença do outro como anteparo, pois esse outro se não é seu competidor é o observador sádico de sua vergonha e humilhação por não ter conseguido

---

<sup>13</sup> Conforme Ferreira (1995) tantalizar significa “espicaçar ou atormentar cm alguma coisa que , apresentada à vista, excite o desejo de possuí-la, frustrando-se este desejo continuamente por se manter o objeto dele fora de alcance, à maneira do suplício de Tântalo. [...]” (p. 624).

alcançar os ideais de vida absurdos e desumanizantes veiculados pela poderosa indústria cultural.

[...] A lei suprema é que eles não devem a nenhum preço atingir seu alvo, e é exatamente com isso que eles devem, **rindo, se satisfazer**. Cada espetáculo da indústria cultural vem mais uma vez aplicar e demonstrar de maneira inequívoca a renúncia permanente que a civilização impõe às pessoas. **Oferecer-lhes algo e ao mesmo tempo privá-las disso é a mesma coisa**. É isso que proporciona a indústria do erotismo. [...] (ADORNO, 1985, p. 132, grifos nossos).

O indivíduo atual pode rir quando não tiver mais medo. Mas seu riso é um escárnio de si mesmo, pois é a ironização da busca de uma felicidade prometida que não passa de uma mentira. Para Adorno (1985) é assim que o indivíduo adentra as promessas da indústria cultural: o indivíduo renúncia à autonomia, à satisfação e vive a privação com o riso daquele que não mais teme, visto que já se confessou frágil e imagina que está protegido de voltar a ser alvo desta mórbida captura. O medo se adianta ao riso quando alerta uma situação de risco; com a integração totalizante do indivíduo na massa ele pode rir de si mesmo, suas estruturas protetoras degradadas pela destrutividade abandonam sua função e indivíduo satiriza sua desgraça, escarnece de si mesmo e, conseqüentemente, do outro em idêntica condição a sua, adquirindo pois, traços e construindo vínculos essencialmente sado-masoquistas (ADORNO, 1985).

Nessas circunstâncias, sua destrutividade que deveria transitar para um objeto externo, jamais pode transcorrer por esse percurso. Na contemporaneidade o indivíduo tem que ser dócil e não hostil! Ainda que ele precise matar-se, ser homem-massa, ele jamais pode usar sua agressividade para questionar os modos de dominação, a exploração e a exclusão de milhões de pessoas, até mesmo lutar por uma existência decente e digna. Sua destrutividade não pode ser chamada pela pulsão de vida a um socorro e brado de resistência. O sujeito deve guardar para si, morrer prematuramente, como nos mostrou Forrester (1997) e, sobretudo, deve se sentir como o único a ser responsabilizado e culpado por toda e qualquer condição degradante que lhe acometa. Nas palavras de Adorno (1985):

[...] A cultura sempre contribuiu para domar os instintos revolucionários, e não apenas os bárbaros. A cultura industrializada faz algo a mais. Ela exercita no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável. O indivíduo deve aproveitar seu fastio universal como uma força instintiva para se abandonar ao poder coletivo de que está enfastiado. **Ao serem reproduzidas as situações desesperadas que estão sempre a desgastar os expectadores em seu dia-a-dia, tornam-se, não se sabe como, a promessa de que é possível continuar a viver**. [...] A sociedade é uma sociedade de desesperados, e, por isso mesmo, a presa de bandidos. [...] (1985, p. 143, grifos nossos).

Diante de tais colocações, podemos entender a necessidade do poder hegemônico manter os indivíduos em condições egóicas regressivas. O homem aceita essas condições por não vislumbrar outras que possam conduzi-lo a desenvolver-se enquanto autonomia fornecendo-lhe meios para amparar e ser amparado pelo outro. Essa relação pressupõe a existência de alteridades, se configurando como uma relação entre homens que se reconhecem diferentes, mas ambos se sabem desamparados e não como seres de total e completa autosuficiência onipotente, tal como a indústria cultural quer forjá-los.

Esse indivíduo fragilizado, por sua própria constituição, segue o caminho da solidão, do conformismo, do definhamento de sua capacidade de vislumbrar um futuro que agite em seu âmago a força amalgamada de Thânos e Eros para romper as barreiras da apatia e da desconfiança entre os homens, implantada pela ordem econômica vigente que possibilite ao outro assumir a sua real função de par, deixando para trás a triste condição de competidor pleno (CANIATO, 2004).

## Considerações Finais

O indivíduo sem parâmetros e história, sem um outro como referencial possui justamente o protótipo de subjetividade ideal para a sociedade do consumo (ADORNO, 1986b). Bourdieu (apud DUFOUR, 2004) define a situação do indivíduo contemporâneo como do “indivíduo solitário, mas livre” (p. 1). Segundo Dufour (2004), o indivíduo encontra-se muito mais abandonado do que livre na atualidade e na tentativa de preencher o seu vazio existencial torna-se alvo fácil para o mercado. Villaça (2003) recorre a Lipovetsky para afirmar que a gradual ausência do Estado conjugada à supervalorização das leis do “mercado livre” propiciou a criação de um homem, cuja existência deve-se exclusivamente a ele mesmo.

Forrester (1997), diz que apesar da diminuição progressiva dos postos de trabalho – do trabalho deformado em emprego – ser real, é mediante um aparato instrumental de veiculação ideológica que se transmite e legitima as bases fundamentais da ideopolítica neoliberal (ANTUNES, 2001), de competição e competitividade, de permanência do mais forte, numa espécie de “darwinismo social” (GUNISBERG, 2002); mesmo assim, a responsabilidade da não inserção no mercado de trabalho é reputada ao indivíduo, fazendo-o se sentir envergonhado, humilhado e culpado pelo seu *status* de desqualificação social (PAUGAM, 1999).

Na atualidade, o que ocorre é a “[...] atribuição do sucesso e do fracasso exclusivamente a pessoas particulares, esquecendo-se completamente de causalidades históricas e sociais [...]” (Guareschi, 1999); as pessoas são individualmente responsabilizadas por uma situação econômica adversa e injusta. A pobreza e o desemprego passam a ser de responsabilidade e culpa exclusivamente do indivíduo, sem qualquer correlação com uma situação político-sócio-econômica. Essa situação demonstra uma injusta e mentirosa culpabilização do indivíduo, uma vez que se perde a visão do todo fundamentado pelas questões históricas, políticas, econômicas e sociais (Guareschi, 1999) e assume a responsabilidade e a culpa que lhes são endereçadas.

Assim, o homem da atualidade além de estar impedido de se mobilizar coletivamente para reivindicar melhorias de vida e de trabalho por estar na lógica do “salve-se quem puder”, ou seja, na competitividade massacrante dos vínculos solidários – individualismo exacerbado, vivendo sob o impacto do sentimento de culpabilidade, no império da mais repressão social de sua pulsão tanática, em toda a sua expressão auto-punitiva (FREUD, 1981): “[n] Não

conseguem colocar as suas agressividades a serviço de suas vidas e sucumbem na apatia e no conformismo na/pela violência social internalizada” (CANIATO, 2000).

### **Autores**

ANGELA CANIATO

Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá

Psicóloga Clínica de base psicanalítica

Rua Joaquim Nabuco, 1496

CEP 87 014-100 Maringá - Paraná

E-Mail: ampicani@onda.com.br

CLAUDIA COTRIM CESNIK

Acadêmica do 5º ano de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá

R. Paranaguá, 56; bloco 15 apt 24; Zona 7

Maringá – Paraná

E-mail: claudiacotrim@yahoo.com.br

JULIANA DA SILVA ARAÚJO

Acadêmica do 5º ano de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá

R. Marques de Abrantes, 343; apto 403; Bairro Zona 7

CEP 87020170 Maringá – Paraná

E-mail: jujubapsico@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ABECHE, Regina Peres Christofolli. **Por trás das câmeras ocultas a subjetividade desvanece**. 2003. 457 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

ABECHE, R. P. C. et al. **É hora do espetáculo da perversidade**: o aprisionamento da subjetividade nos reality shows. 2003b. Disponível em:  
[http://www.estadosgerais.org/terceiro\\_encontro/abeche-perversidade.shtml](http://www.estadosgerais.org/terceiro_encontro/abeche-perversidade.shtml) Acesso em: 13 abr. 2003.

ADORNO, T. W. A Crítica Cultural e Sociedade. In.: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1986a. (Grandes Cientistas Sociais, 54) p. 76-91.

\_\_\_\_\_. Educação após Auschwitz. In.: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1986b. (Grandes Cientistas Sociais, 54) p. 33-45.

\_\_\_\_\_. Indústria Cultural. In.: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1986c. (Grandes Cientistas Sociais, 54) p. 92-99.

\_\_\_\_\_ & HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento** – fragmentos filosóficos. Trad. G. A. Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 113-156.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7.ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez; Campinas, editora da UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. A questão do Emprego no contexto da Reestruturação do Trabalho no Final do Século XX. In: HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade) p. 38-47.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Trad. Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. Trabalho. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 150-192

BERNARDES, Nilcéa Moraleida. O desemprego em massa entre jovens: dimensões e alternativas em políticas públicas. In: HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade). p. 225-233.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BUONFIGLIO, Maria Carmela. Dilemas do Trabalho no Final do Século XX: desemprego e precarização. In: HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade). p. 48-57.

CANIATO, A. M. P. Da violência no *ethos* cultural autoritário da contemporaneidade e do sofrimento psicossocial **Psi – Revista de Psicologia Social e Institucional**. Londrina. nº 2, v. 2, p. 197 – 215. Dez. 2000.

\_\_\_\_\_. A banalização da mentira como uma das perversões da sociedade contemporânea e sua internalização como destrutividade psíquica. Trabalho apresentado no **XXIII Fórum Internacional de Psicanálise – IFPS**: As múltiplas faces da perversão. Belo Horizonte-MG/Brasil. 24-28 de agosto de 2004.

CARDOSO, Reginaldo Luiz. Homens em tempos sombrios. Trabalho apresentado no **XXIII Fórum Internacional de Psicanálise – IFPS**: As múltiplas faces da perversão. Belo Horizonte-MG/Brasil. 24-28 de agosto de 2004.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992. (coleção Polêmica).

CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. O Mundo do Trabalho e o Início do Milênio: Reconfiguração de perfis entre os processos de inserção, “desinserção” e reinserção de (novos) sujeitos trabalhadores. In: HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade). p. 149-165.

CHAUÍ, Marilena, **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COHN, Gabriel. Introdução: Adorno e a teoria crítica da sociedade. In: COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. p.7-30. (Grandes Cientistas Sociais, 54).

COSTA, J. F. Saúde Mental, Produção da Educação? In.:\_\_\_\_\_. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 63-78.

DUFOUR, Dany-Robert. As angústias do indivíduo-sujeito. **Le monde diplomatique**. França, 2001. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/fechado /materia.php>>. Acesso em: 17 nov. 2001.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Trad. L. A. Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ENRIQUEZ, Eugene. Vida Comunitária e Função Imaginária. Trabalho apresentado no **I Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social**. Belo Horizonte-MG/Brasil. 27-30 de agosto de 1992

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.

FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. v.2. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. p.3018-3067.

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. Trad. Álvaro Lorencine. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 154p.

FUKS, Betty Bernardo. **Freud e a cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 83p. (Col. Psicanálise Passo-a-passo; v. 19).

GASPAR, Everaldo. As dimensões sócio-político-jurídicas nas relações de trabalho. In: HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade). p. 166-173.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

GRISCI, Carmen Lígia Iochins. Trabalho, Tempo e subjetividade e a constituição do sujeito contemporâneo. **Revista de Ciências Humanas**, Edição Especial Temática. Cortez/autores associados, Florianópolis, p. 87-106, 1999.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da injustiça social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 141-156.

GUARESCHI, P. A & GRISCI, C. L. I. **A fala do trabalhador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GUARESCHI, P. A. Compromisso Social da Psicologia. In: CANIATO, A. M. P. e TOMANIK, E. A. (Orgs.). **Compromisso Social da Psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001a. 252p. p. 60-97.

GUINSBERG, Enrique. El psicoanálisis y el malestar en la cultura neoliberal **Revista subjetividad y cultura**, México, n. 3, p. 7-27, out. 1994.

HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade)

IENO NETO, Genaro. Os desafios do Movimento Sindical Hoje: algumas indagações. In: HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade). p. 241-250.

KURZ, Robert. **Qué es la terciarización?** (Perspectivas del cambio social). [s.l.]: 26 de abr. del 2004. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/sociales/040426kurz.htm>>. Acesso em: 22 de mai. de 2004

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo. Atlas, 1989.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo. Atlas, 1982.

LEONTIEV, Aléxis. O Homem e a cultura. In: \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Manoel Dias Duarte. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978. p. 259-284.

LEO MAAR, Wolfgang. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11-28.

LISBOA, Marilu Diez. Orientação Profissional e o Mundo do Trabalho: Reflexões sobre uma Nova Proposta frente a um Novo Cenário. In: LEVENFUS, Rosane Schoetgues e SOARES, Dulce Helena Penna (Orgs.). **Orientação Vocacional Ocupacional**: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e empresa. Porto alegre: Artmed, 2002. cap. 2, p. 33-49.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual**: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 149p.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho, Exclusão Social e Direitos. In: HORTA, Carlos Roberto e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Globalização, Trabalho e Desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 344p. (Política e Sociedade). p. 58-66.

PAUGAM, Serge. O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da injustiça social. Petrópolis: Vozes, 1999. cap. 4 p. 67-86.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

PORTAS, Virgínia Coutinho. A sutileza da clínica entre Eros e Thânatos. Trabalho apresentado no **III Congresso Latino Americano dos Estados Gerais de Psicanálise**. Buenos Aires-Argentina. 2001.

RAMONET, Ignacio. Morrer de trabalho. **Le monde diplomatique**. [s. l.], [s. d.]. Editorial. ano quatro nº 41. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/materia.php?id=666>>. Acesso em: 19 jun. 2003.

RUSTIN, Michael. Debilidade do superego social e liberação da libido são contrapartes da globalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 out. 2000. Caderno Mais! p.16-17.

SAWAIA, Bader. Exclusão ou inclusão perversa? In: \_\_\_\_\_. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da injustiça social. Petrópolis: Vozes, 1999. (Introdução). p. 7-13.

\_\_\_\_\_. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da injustiça social. Petrópolis: Vozes, 1999. (cap. 6). p. 97-118.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. M. Santana. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLAÇA, Nízia. Marcas da crueldade e processos de subjetivação. In: **Estados Gerais da Psicanálise**: Segundo Encontro Mundial, 2003, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos. Disponível em:

<[http://www.estadosgerais.org/mundial\\_rj/port/trabalhos/5e\\_Villaça\\_32310803\\_port.htm](http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/port/trabalhos/5e_Villaça_32310803_port.htm)>.

Acesso em: jan. 2004. 12 f.